



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS -----

----- DO DIA 27 DE JUNHO DE 2008 -----

----- **ACTA NÚMERO DEZOITO** -----

-----No dia vinte e sete de Junho do ano dois mil e oito reuniu, no Salão da Junta de Freguesia de São Pedro, sito no Edifício da Junta de Freguesia de São Pedro, a Assembleia Municipal de Manteigas sob a presidência do seu Presidente efectivo, Senhor João Adelino Paixão Salvado, coadjuvado pelos Senhores Renato Carvalho Barbosa, em substituição do Senhor Deputado António Lívio Martins Roque, e Patrícia Negrão Duarte Madeira, em substituição da Senhora Deputada Ermelinda Salvado, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período antes da ordem do dia.**-----

----- Ponto dois, um: Aprovação da acta da sessão anterior. -----

----- Ponto dois, dois: Leitura resumida do expediente e prestação de informações. -----

----- Ponto dois, três: Resposta às questões anteriormente colocadas pelo Público.-----

----- Ponto três: **Período da ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Aprovação do Regulamento das Distinções Municipais. -----

----- Ponto três, dois: Aprovação da alteração do Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais.-----

----- Ponto três, três: Rectificação da redacção dos artigos 12º, 25º, 27º, 28º, 29º, 56º e 68º do Regulamento do Cemitério Municipal. -----

----- Ponto três, quatro: Autorização para a contratação de um empréstimo até ao valor de 583.722,00€, para a requalificação urbana da estrada de ligação da EN 232 à ER 338. ----

----- Ponto três, cinco: Primeira Revisão Orçamental. -----

----- Ponto três, seis: Mostra de Actividades Económicas de Manteigas.-----

----- Ponto três, sete: Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ponto quatro: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças [ANEXO 1], para além dos mencionados, os Senhores Deputados Municipais: Albino Massano Leitão, Horácio Rabaça Gaspar, Albino Saraiva Cardoso, André Craveiro Leitão, António dos Santos Ferrão (em substituição da Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira), Manuel José Correia da Silva Carvalhinho, Armandino Martins Suzano, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Bernardo da Graça



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Bicha Lemos dos Santos, Umberto Massano Leitão, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque. -----

-----Estiveram também presentes o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Manteigas e os Senhores Vereadores José Pinheiro e Esmeraldo Carvalhinho. -----

-----A Deputada Ermelinda Salvado justificou a sua falta e solicitou a respectiva substituição. -

-----Às **vinte horas e cinquenta minutos**, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e manifestou o seu agrado pela presença de mais público do que é habitual. Passou de imediato a palavra aos munícipes inscritos para intervir. -----

----- PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----O Senhor Munícipe José Baptista começou por dizer que a água que sai dos canos da sua casa é escura, tendo sido a tubagem de dentro da casa totalmente alterada, retirando assim a hipótese de ser a tubagem interior que provoca esta situação. Em reunião de Câmara pediu que fosse feita uma análise á água, pedido que foi atendido, no entanto quando foram proceder à recolha da água encontrava-se num tratamento médico em Coimbra, tendo a Câmara Municipal recolhido a água num vizinho que se situa a setenta metros de sua casa. O resultado da análise refere que é defeito da rede pública e deve ser substituída, da Câmara Municipal têm-lhe dito que vão resolver a situação, mas até hoje ainda nada foi corrigido. Dá um prazo de oito dias para a resolução desta situação, pois tem pago a água como sendo própria para consumo.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que tinha conhecimento da situação, mas que estava completamente convencido de que já estaria resolvida ou em vias de resolução, pois foi essa a informação que lhe foi transmitida pela Câmara Municipal. Como pelo exposto ainda nada foi feito, vai procurar saber pessoalmente o que se passa sobre este assunto, que já se arrasta há muito tempo e tem que ser resolvido. -----

-----O Senhor Munícipe José Baptista voltou a interferir dizendo que sobre o problema da sua filha, do pedido que fez há dois anos para o abastecimento de água da casa, foi-lhe respondido por escrito que a casa para a qual estava a requerer a água nunca tinha sido habitada, o que não está correcto pois é uma casa com cinquenta anos que sempre foi habitada. Considera por todos os motivos apresentados que desde a equipa técnica ao poder tem-lhe sido feita uma perseguição, desde processos em tribunal, ao dizerem uma coisa e fazerem outra. Desafia a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Câmara Municipal a accionar mais um processo em tribunal para poder provar o que disse. Acrescenta que considera vergonhoso acontecerem situações destas num concelho tão pequeno.

-----O Senhor Presidente comprometeu-se a dar uma resposta a este assunto, no âmbito das suas funções. E deu a palavra a outro munícipe. -----

-----O Senhor Munícipe António Couto referiu que hoje pelas, onze horas e vinte minutos, ao passar pelas piscinas municipais viu que se encontravam cinco senhores e uma senhora italiana a ler o horário de funcionamento das piscinas; sendo a hora de abertura às onze, foi procurar saber porque é que ainda não se encontravam abertas e foi-lhe dito que a época balnear tem início a um de Julho. A ser verdade que a época balnear tem início a um de Julho parece-lhe importante que tal informação conste na porta de acesso às piscinas juntamente com o horário para que as pessoas não fiquem à espera, pois com o calor que tem havido nestes últimos dias é de estranhar que as piscinas anda não estejam abertas. -----

-----O Senhor Presidente registou o assunto para que a Câmara tenha em conta a situação que foi apresentada, e deu a palavra a outro munícipe. -----

-----O Senhor Munícipe José Lopes disse que o que o traz a esta Assembleia Municipal é a factura da água da sua casa, e quer saber em primeiro lugar, se é da competência da Câmara Municipal aumentar o saneamento da maneira que o fez, sem ser aprovado em Assembleia Municipal. Disse que a resposta a esta pergunta era essencial para continuar a sua intervenção. --

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que o regulamento do saneamento foi aprovado em Assembleia Municipal em Dezembro de 1998 e que estava prevista a criação da respectiva tarifa. A competência para a aprovação do Regulamento é da Assembleia Municipal, e este foi aprovado por unanimidade; a competência para a fixação das tarifas é da Câmara municipal. -----

-----O Senhor Munícipe José Lopes retomou a sua intervenção dizendo que deveria ter havido mais ponderação no valor atribuído ao saneamento. Depois de ter feito as contas e de ter falado com outras pessoas, concluiu que o aumento foi em média de cento e quinze por cento, e por isso refere que não houve sensibilização para com a população, pois a Câmara tem meios — como o Boletim Municipal — onde poderia ter informado a população sobre este assunto. Perguntou se foi feito um estudo sobre a capacidade das pessoas de Manteigas para suportarem esta tarifa, dizendo que Manteigas deveria ter a água mais barata do país, porque não é necessário electricidade para puxar a água. Acrescentou que o estudo que levou à aplicação desta nova tarifa está mal feito, pois não foram tidas em consideração situações como a rega dos jardins particulares, cujo consumo não corresponde a igual volume de lixo, nem as dificuldades que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

enfrentam os manteiguenses, nem as características desta terra. Pediu expressamente a esta Assembleia para sensibilizar a vereação que votou favoravelmente estas tarifas no sentido de ter em linha de conta o problema social que Manteigas vive. -----

-----O Senhor Presidente informou o Senhor Município que vai levar este assunto ao Senhor Presidente da Câmara, que não está presente nesta sessão porque foi a Lisboa a uma reunião com o Instituto de Estradas de Portugal, sobre a questão dos túneis da Serra da Estrela, e a reunião acabou tarde, pelo que ainda vem a caminho. Referiu ainda que os Vereadores aqui presentes ficaram certamente sensibilizados com a forma clara e objectiva como o senhor município se dirigiu a esta casa. Constatando que não havia mais munícipes interessados em intervir, o Senhor Presidente aceitou inscrições dos deputados municipais. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse que esta Assembleia carece da presença do Senhor Presidente da Câmara e, na inopinada ausência dele, pediu ao Senhor Presidente da Mesa um intervalo para reunir com os membros do Partido Socialista para tomar uma decisão.-----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu, uma vez mais, que quando o Senhor Presidente da Câmara não está presente as suas funções são oficialmente delegadas no Vice-Presidente. Explicou que o Senhor Presidente da Câmara não compareceu por interesses superiores ao Município, tendo-se deslocado a Lisboa para uma reunião que surgiu do reconhecimento, por parte do Senhor Secretário de Estado aquando da sua deslocação a Seia, de que Manteigas é altamente prejudicada com as decisões que o Governo tomou sobre a futura configuração dos itinerários na Serra da Estrela. Informou ainda que às dezanove horas e trinta minutos o Senhor Presidente da Câmara estava perto de Torres Novas, o que o levou a concluir que ainda poderá vir a estar presente nesta sessão. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares registou com agrado a presença de mais público nesta sessão, dizendo que é bom que os munícipes tenham a noção de que os que foram eleitos para os representar não são omniscientes nem onnipotentes. Acha também que nunca é demais as pessoas darem o seu contributo directo e, no que lhe toca, gosta muito de ouvir as pessoas e de, dentro da medida das nossas possibilidades, tentar satisfazer os seus anseios. Trouxe dois assuntos para apresentar antes da ordem do dia. Um deles prende-se com a questão dos túneis da Serra da Estrela e, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara só estará presente mais tarde, pediu ao Senhor Presidente autorização para apresentar a respectiva moção mais tarde, quando for oportuno. Sobre o que o município José Lopes disse sobre a factura da água, tomou como boa a informação de que o aumento é de cento e quinze por cento, referindo que ninguém



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

gosta de pagar, é um facto, mas lembrou que a lei dois de dois mil e sete impõe o princípio do utilizador-pagador, ou seja, a Câmara Municipal não pode ter prejuízo com os serviços que presta directamente. Pediu então ao Senhor Vice-Presidente que nos informasse de quanto é que a Câmara pagou de saneamento à Águas do Zêzere e Côa, desde Janeiro, para termos uma ideia dos valores que estão em questão. [O Senhor Vice-Presidente disse que a sua resposta carecia de uma longa introdução, escusando-se a dá-la neste momento, devido à premência do Senhor Deputado Albino Leitão em fazer um intervalo.] O Senhor Deputado continuou dizendo que o valor que a Câmara Municipal tem subsidiado, no que se refere à água e saneamento, anda na ordem dos cinquenta e cinco mil euros, significando isto que a Câmara, já em anos anteriores, tem pago uma parte do consumo de água dos munícipes, o que implica que não está a cumprir com o que a lei estabelece. Entende que as pessoas não contassem com a aplicação desta tarifa (aprovada há uma dezena de anos), que é gravosa para a situação que se vive no concelho, mas acredita que não havia alternativa face aos valores que estão em ordem. Pediu que este tema ficasse em aberto e que se voltasse a ele assim que tivermos a informação pedida ao Senhor Vice-Presidente.-----

-----Dado que a intervenção do Senhor Deputado Luís Pedro Soares não tem a ver com este tema e será um pouco longa, o Senhor Presidente da Mesa informou que se faria agora o intervalo solicitado pelo Senhor Deputado Albino Leitão.-----

-----Após o intervalo, o Senhor Deputado Albino Cardoso tomou a palavra, dizendo que a Câmara não paga nada a ninguém, tendo obrigação de gerir os contributos dos cidadãos, que são distribuídos através do Governo. A lei dois de dois mil e sete não impõe nada, estabelece princípios, e é tudo uma questão de princípios. É a forma como se gerem as coisas, como se defendem os interesses dos cidadãos. É isto o que está em causa.-----

-----O Senhor Deputado Luís Pedro Soares informou que o Clube de Pesca e Caça da Guarda pediu a criação de uma zona de pesca desportiva entre Vale de Amoreira e Sameiro. Porque acham descabido que seja um clube, que nem do concelho é, a pedir esta zona de pesca desportiva e porque têm outros argumentos contra essa criação, os quatro Presidentes de Junta de Freguesia subscreveram um documento expositivo, que foi enviado para a Circunscrição Florestal do Centro, entidade que publicou o edital. O passo seguinte de contestação foi a preparação de uma moção [ANEXO 2], subscrita pelas Juntas de Freguesia de Sameiro e de Vale de Amoreira, para submeter a esta Assembleia, que passou a ler: «*Moção § Ponto Um. O concelho de Manteigas, um dos mais pequenos do País em termos de superfície, sempre teve o “seu” Rio*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Zêzere como um factor de desenvolvimento local, quer a nível turístico, quer a nível do comércio, sobretudo da restauração, ao atrair, com as suas aptidões naturais, os forasteiros e amantes deste desporto lúdico, com o livre exercício da pesca desportiva. § Ponto Dois. Por outro lado, também os pescadores naturais e ou residentes deste concelho, muitos deles também trabalhadores lançados no desemprego, vêem o seu Rio como um “escape” ao stress do dia-a-dia, das dificuldades por que passam actualmente, sobretudo agora nestes tempos difíceis causados pelo fecho da principal empregadora do concelho, a fábrica de lanifícios, SOTAVE, que empregava mais de duzentos e cinquenta trabalhadores. Consequentemente o Rio passou também a ser de certa forma um meio de subsistência para esses desempregados. Uma simples licença concelhia, de baixo custo, permite que alguns deles, durante os quatro meses em que está aberta a pesca, possam pescar algum peixe para complemento alimentar em zona não concessionada. § Ponto Três. Admitimos que o Clube de Caça e Pesca da Guarda pouco conheça do Rio, no troço do concelho de Manteigas e as condições socioeconómicas, bem como dos cuidados que as Autarquias têm com o Rio, caso contrário seria eticamente exigível que nos consultassem, no mínimo, como parceiros, na defesa dos valores naturais e piscícolas. § Nós, Autarquias, somos indefectíveis defensores do espaço e das suas condições. Estamos cá, sentimos, respeitamos e naturalmente estamos em melhores condições de preservar e fazer preservar este valor, Rio Zêzere. Quem vindo de fora tem este sentido e esta prática? Fazemo-lo também em nome das nossas gentes cuja dificuldade conhecemos melhor que ninguém. § Há princípios que estão para além da legalidade e não nos parece de boa postura que o Clube de Caça e Pesca da Guarda, certamente Instituição respeitável, não tenha tido com as Autarquias qualquer tipo de contacto. Ao que sabemos também não estabeleceu qualquer contacto ou entendimento com o Clube de Caça e Pesca de Manteigas. Não é exigência legal, mas, como dissemos, há valores e posturas que vão para além da Lei. § Ponto Quatro. Também uma outra concessão foi requerida pelo Clube local, o Clube de Caça e Pesca de Manteigas, para o mesmo Rio e quase confinante com a requerida pelo Clube de Caça e Pesca da Guarda. Duas concessões muito próximas uma da outra (a mil e duzentos metros), a serem autorizadas, torna o Rio menos acessível para os mais necessitados e com poucos recursos, quer económicos quer outros. Caso fosse concedida ao Clube de Caça e Pesca da Guarda, além da licença desportiva (ainda que de baixo custo), é exigida uma outra licença especial diária, a ter de ser adquirida onde o Clube de Caça e Pesca da Guarda assim o determinasse. As pessoas interessadas, cada vez que queiram pescar na concessão do Clube de Caça e Pesca da Guarda, terão que se deslocar à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cidade da Guarda para adquirir essa licença especial? Se assim for, mais uma despesa de deslocação a suportar por quem passa neste concelho por momentos difíceis, pelas razões já acima descritas. § Ponto Cinco. Entendemos que para um concelho tão pequeno, uma só concessão de pesca basta. De preferência a do Clube de Caça e Pesca de Manteigas, por razões que são óbvias, pois trata-se dum Clube do concelho e haverá pelo menos a certeza de que as deslocações para adquirir a referida licença diária não implicará a saída do concelho. Também a haver uma só concessão, a do Clube de Caça e Pesca de Manteigas, mais extensão do Rio ficará livre para quem, pelas razões já focadas, pouca ou nenhuma possibilidade tem para despende mais dinheiro para praticar desportivamente e livremente aquilo de que mais gosta e de que necessita num troço que até hoje soube preservar e quer defender. § Ponto Seis. Por último, outra questão se nos levanta: será que as pessoas de fora do concelho e habituadas a frequentar e pescar no nosso Rio sem terem que se preocupar com os condicionalismos de acesso que uma concessão exige, estará na disposição de voltar tão assiduamente no futuro se porventura venha a haver tanto troço de rio concessionado? § Ponto Sete. Tendo em consideração tudo o que atrás foi referido, exige-se a não atribuição da Concessão de Pesca Desportiva, no troço do Rio Zêzere, com a extensão de quatro quilómetros, quinhentos e vinte metros, entre a ponte do Sameiro, limite montante, na freguesia de Sameiro, Município de Manteigas, e a ponte do cruzamento de Verdelhos, limite jusante, na freguesia de Vale de Amoreira, Município de Manteigas, publicado por edital de vinte e um de Maio de dois mil e oito da Direcção-Geral dos Recursos Florestais. § Caso esta moção seja aprovada solicitamos o seu envio urgente à Circunscrição Florestal do Centro, na Mata Nacional do Choupal».-----

-----O Senhor Presidente pediu que o documento fosse policopiado e distribuído por todos os deputados municipais e referiu que voltará ao tema mais tarde. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão, sobre a questão subjacente à presença de tantos munícipes nesta sessão, apresentou o seguinte requerimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal [ANEXO 3]: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas § Os requerentes abaixo identificados, todos membros eleitos da Assembleia Municipal, requerem a Vossa Excelência, nos termos legais e da alínea ‘b’ do número um do artigo décimo do Regimento da Assembleia Municipal, a convocação da reunião extraordinária da Assembleia Municipal, com o seguinte ponto da ordem de trabalhos: Análise da alteração dos valores das tarifas de abastecimento de água e resíduos sólidos e da fixação do valor da tarifa de saneamento, deliberadas pela maioria dos membros do PSD na Câmara Municipal, em vinte e sete de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fevereiro de dois mil e oito.” Naturalmente, sem pagamento de senhas de presença e sem despesas de deslocação. Que fique claro que este requerimento é feito sem que de tal advenha qualquer benefício pecuniário aos membros da Assembleia Municipal. Este requerimento é feito por nove membros desta Assembleia, nos termos do Regimento, e o Senhor Deputado, pessoalmente, precisa que a Câmara lhe forneça mais elementos para poder discutir este assunto com consciência. Requereu ainda à Mesa desta Assembleia que a Câmara fizesse chegar a todos os deputados municipais, em tempo útil, todos os elementos sob o ponto de vista dos custos associados e sob o ponto de vista do funcionamento da Águas do Zêzere e Côa, nomeadamente os custos da sua administração. Pedindo desculpa e compreensão aos munícipes presentes, compreendendo a insatisfação de todos, referiu que só discutirá este assunto na assembleia extraordinária agora requerida, de posse dos elementos aqui solicitados e com a presença do Senhor Presidente da Câmara.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa disse que começou por referir que este é um assunto melindroso, penalizante para as pessoas, que convocará esta assembleia extraordinária para o podermos debater exaustivamente, com o público que queira comparecer, se possível no Centro Cívico, ou seja, num sítio onde haja condições e toda a gente possa estar bem instalada, mas onde se possa debater este assunto com seriedade e não de uma forma teatral, pois entende que o povo de Manteigas tem o direito de saber toda a verdade sobre este tema. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Albino Leitão, disse que procura fazer as coisas sem desrespeitar seja quem for, independentemente da posição social, política, ou faixa etária, pelo que não aceita, nem admite, que o Senhor Deputado considere que estamos numa assembleia que é uma ‘teatrada’.--

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares quis que ficasse claro e registado que abdica da sua senha de presença e das despesas de deslocação referentes à assembleia extraordinária. Mais informou que já se tem deslocado a Manteigas para trabalhos da Assembleia Municipal e nunca pediu um cêntimo a ninguém. Não está aqui para lucrar com nada, aliás, perde dinheiro com a sua presença nas assembleias porque deixa de fazer outros trabalhos que, esses sim, seriam lucrativos.-----

-----O Senhor Presidente acrescentou que nenhum dos deputados que está nesta Assembleia, seja de que força política for, está aqui a pensar na senha de presença ou deslocação que possa vir a receber.-----

-----O Senhor Deputado Bernardo Santos justificou a não comparência à primeira reunião do Conselho da Juventude, porque foi convocado exactamente à hora que a mesma começava, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

seja, às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e nove de Abril de dois mil e oito. Não foi possível, portanto, haver representação desta Assembleia Municipal na referida reunião.-----
-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que as fugas de água no concelho representavam vinte e cinco por cento do consumo total no ano dois mil e cinco e apenas dez por cento no ano dois mil e sete, sendo a média de perdas no conjunto dos municípios subjacentes à Águas do Zêzere e Côa (dezasseis) de quarenta por cento, pelo que considera um valor bastante razoável e difícil de inverter, mesmo tendo a Câmara um sistema de detecção de fugas que se tem revelado eficaz. Respondendo agora ao pedido do Senhor Deputado Nuno Matos Soares, referiu que não fazia sentido dar um valor sem o enquadrar e apresentar os antecedentes. Lembrou que o sistema intermunicipal de Águas do Zêzere e Côa foi criado por decreto governamental em quatro de Julho do ano dois mil e foi atribuída a esta empresa a concessão da construção, gestão e exploração do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento do Alto Zêzere e Côa por um prazo de trinta anos. Mais tarde foi concessionada à mesma empresa a gestão e exploração do sistema de triagem, recolha selectiva e tratamento de resíduos sólidos da Cova da Beira. Na inauguração da estação de tratamento de águas do Caldeirão da Guarda o então Ministro do Ambiente, Engenheiro José Sócrates, pessoa a quem tem uma grande amizade, anunciou que o conjunto de investimentos a realizar nestes dezasseis municípios se aproximava dos duzentos milhões de euros, valores que foram largamente ultrapassados. Alguns destes investimentos foram realizados em Manteigas, nomeadamente, a selagem da lixeira (duzentos e cinquenta mil euros), a reabilitação do reservatório de água (duzentos e noventa e cinco mil euros), a instalação do ecocentro e dos ecopontos (duzentos mil euros), a construção do emissário de Valhelhas (três milhões e trezentos mil euros), perfazendo cerca de quatro milhões de euros. Foram também criados sete postos de trabalho a manteiguenses. O Município de Manteigas aderiu a este sistema em mil novecentos e noventa e nove, por unanimidade de todos os partidos então representados na Assembleia Municipal. A partir desta adesão a empresa começou a prestar serviços no abastecimento de água em alta e na recolha dos resíduos dos vários municípios, obrigando-se estes a aplicar tarifas aos seus munícipes em função dos custos dos respectivos serviços. O mecanismo passa pela fixação das tarifas por parte da Águas do Zêzere e Côa, que faz consultas ao Instituto da Água e dos Resíduos, o qual se pronuncia favoravelmente, e são essas tarifas que são aplicadas aos municípios. Neste momento, a tarifa de água é de cinquenta e um cêntimos por mil litros e a tarifa de saneamento é de cinquenta e seis cêntimos por mil litros, sendo a tonelada de lixo a cinquenta e cinco euros. É imperioso dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que não é de livre vontade que os municípios aplicam estas tarifas, que não decorrem das suas vontades mas sim da lei nas suas diversas vertentes, do POCAL, da lei das finanças locais, havendo um decreto governamental que obriga os municípios a proceder desta forma. O número um do artigo décimo sexto da Lei das Finanças Locais diz no final “os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão directa pelas unidades orgânicas municipais ou pelos serviços municipalizados não devem ser inferiores aos custos directos e indirectos directamente suportados pela prestação desses serviços e com o funcionamento dos mesmos”. Também a Lei da Água, quando fala do princípio do valor económico da água, diz que tem que se garantir a recuperação dos custos dos serviços de águas em termos ambientais e de recursos, tendo por base o princípio do utilizador-pagador. Por razões de natureza social e atendendo à situação de carência económica de muitas famílias de Manteigas, o Município tem vindo a adoptar e continua a praticar uma política de preços para os munícipes que se desvia dos princípios enunciados. Acrescentou que, em relação ao serviço de água, por cada dez euros que são facturados à Câmara, seis são suportados por esta e quatro são suportados pelo munícipe, o que significa que a Câmara subsidia este sistema em mais de cinquenta por cento, sendo cerca de setenta e seis por cento os munícipes que beneficiam deste subsídio (escalões um e dois), estando aqui apenas em discussão os restantes vinte e cinco por cento, que são os escalões três, quatro e cinco — o escalão três ainda beneficia deste sistema e os escalões quatro e cinco são penalizados no sentido de fazerem bom uso da água. A Câmara tem feito todos os esforços para que os custos não recaiam sobre os munícipes, mas não o consegue fazer na totalidade. Quanto ao saneamento, a Câmara começou a receber a factura em Maio de dois mil e sete e até Abril de dois mil e oito suportou estes custos na totalidade, num montante de trezentos e trinta mil euros. A diferença entre o que a Câmara paga à empresa e o que recebe dos munícipes anda pelos quatrocentos mil euros, com tendência a haver agravamento. Dizendo que o ano passado a Câmara pagou cerca de oitenta euros por cada munícipe para o serviço de saneamento, terminou lembrando que quando do último aumento da água, há cerca de três anos, as receitas da Câmara baixaram porque as pessoas gastaram menos. No entanto, logo de seguida os gastos de água voltaram a subir, e deixa uma recomendação para que as pessoas gastem menos água, o que significa gastar menos em tarifas de saneamento e resíduos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Por esta exposição do Senhor Vice-Presidente, o Senhor Presidente constatou que está provado que é necessária uma melhor preparação deste tema, pelo que se justifica a convocação da assembleia extraordinária-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso, perante esta intervenção, considerou injusto que trinta pessoas não tenham acesso à informação que detêm duas pessoas. Disse depois que a despoluição do Zêzere terminou em mil novecentos e noventa e sete e foi anunciada pelo Engenheiro Guterres, em Manteigas, acompanhado de uma comitiva de Ministros e falando de um investimento de trinta milhões de contos. A consulta aos municípios banhados pelo Alto Zêzere teve lugar em Manteigas, se não se engana, em Setembro de mil novecentos e noventa e nove e, depois de prolongada discussão, o Partido Socialista esteve sempre reticente e aprovou a adesão à Águas do Zêzere e Côa com a ressalva de que seriam sempre salvaguardados os interesses de Manteigas, o que está em acta. Os valores a pagar pelo município foram negociados com e não impostos pela Águas do Zêzere e Côa, foram assinados em Setembro de dois mil, num contrato de que ninguém teve conhecimento a não ser quando recebemos, em dois mil e dois, uma cartinha azul em casa a dizer que as tarifas iam ser aumentadas. Gostaria de continuar este tema mas não o pode fazer porque não detém a informação que a Câmara tem, a qual deveria ter acompanhado a acta de Fevereiro, quando estas alterações foram aprovadas.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão interveio para dizer que não entendeu o conteúdo da intervenção do Senhor Vice-Presidente e disse que falará na assembleia extraordinária, quando tiver elementos. Disse depois que há uma acta da Câmara em que o Senhor Vice-Presidente disse, mais ou menos, que pouco lhe interessa a legalidade quando está em causa o interesse municipal, o que se vai discutir na próxima Assembleia Municipal. Por outro lado, disse agora que a Câmara Municipal subsidia em sessenta por cento os serviços de exploração da água, subsídio que, na opinião do Senhor Deputado, tem agora que ser aumentado porque a Assembleia Municipal não o proíbe, ao contrário do que o Senhor Vice-Presidente afirmou aqui hoje.-----

-----O Senhor Vice-Presidente lembrou que qualquer senhor deputado poderia pedir à Câmara os elementos que quisesse para se documentar e referiu que os estudos estão feitos há ano e meio e que era fácil disponibilizar todas estas matérias.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso pediu para esclarecer que disse que o combate era desleal, pois há pessoas que têm a informação e há outras que não a têm, mesmo aqueles que a deviam ter não a receberam apenas à acta. Esclareceu ainda que nunca acusou ninguém de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

desleal, nem em assembleia, nem na praça pública. Questionou ainda se há ou não legitimidade para ser um chefe de divisão, por iniciativa própria, a propor ao Executivo o aumento das tarifas. --

-----O Senhor Presidente fez um aparte para lembrar o Senhor Deputado que, sendo um funcionário da Câmara, detentor de toda a informação, competiria a qualquer chefe de divisão chamar a atenção a quem de direito para o facto. Quem está acima desta chefia, informado por ela, deverá então proceder em conformidade.-----

-----Deu depois este ponto por encerrado, e passou ao ponto seguinte.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- PONTO 2.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES -----

-----O Senhor Presidente informou que foram feitas as alterações solicitadas à **acta número dezassete** e pôs a mesma a votação, a qual foi aprovada com duas abstenções e dezassete votos a favor, tendo a mesma sido **aprovada por maioria e por minuta**.-----

-----Os Senhores Deputados Renato Carvalho Barbosa e Nuno Matos Soares abstiveram-se na votação por não terem estado presentes na sessão de dezoito de Abril de dois mil e oito.-----

----- PONTO 2.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

-----Correspondência recebida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:-----

----- — Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses cobrindo o envio de um CD-Rom sobre o fenómeno preocupante do afastamento dos cidadãos de uma participação activa na vida política e social da sua comunidade e do país. Uma vez que os Senhores Deputados estão interessados, o Senhor Presidente mandou polícopiar o mesmo e fazer distribuir pelos membros da Assembleia;-----

----- — Circulares da Associação Nacional de Municípios Portugueses enviando os boletins da ANMP, números cento e sessenta e oito e cento e sessenta e nove;-----

----- — Carta da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, convidando para o Colóquio Nacional da Associação, a realizar em Torres Vedras, entre um e quatro de Outubro de dois mil e oito, versando sobre os temas de vínculos, carreiras, remunerações, etc. Se alguém quiser participar, poderá pedir a convocatória aos Serviços de Apoio à Assembleia.-----

----- — Carta da Banda Boa-União, convidando para a comemoração do centésimo quadragésimo terceiro aniversário da Banda Boa-União, nos próximos dias seis a oito de Julho;---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- — Ofício da Junta de Freguesia de São Pedro, convidando-o para as comemorações do seu aniversário, que terão lugar nos dias vinte e oito e vinte e nove de Junho de dois mil e oito. O Senhor Presidente informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro que não vai poder estar presente, o que muito o desgosta mas tem compromissos de ordem profissional inadiáveis. Informou, entretanto os Senhores Deputados que o convite é extensível a eles. -----

----- — Resumo do Senhor Deputado Carlos Ferrão, sobre a sua participação na Assembleia Distrital que se realizou em Pinhel, onde foram abordados temas como as energias renováveis e míni-hídricas e onde houve interpelações ao presidente por parte das várias Câmaras presentes; -

-----O Senhor Presidente informou depois os presentes que estavam à frente de cada um, quando chegaram, cópias do anexo das taxas de utilização das piscinas municipais, que não foram distribuídos com a convocatória. Aproveitou para dizer que considera as taxas um pouco exageradas mas parece que, ainda assim, representam algum prejuízo para a Câmara Municipal.-

-----Dado que as questões do público foram respondidas no ponto um, o Senhor Presidente passou de seguida ao ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO 3. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES MUNICIPAIS [ANEXO 4] -----

-----O Senhor Presidente disse que este Regulamento resulta do documento inicial que aqui esteve na sessão de vinte e nove de Fevereiro último, com as alterações propostas pela comissão designada por esta Assembleia. Chegou-se, assim, a uma redacção com designações e atribuições diferentes, com a anulação de situações anteriormente contempladas, que foi levada a sessão de Câmara. Esta aprovou as alterações propostas ao Regulamento, que será agora discutido e submetido a aprovação. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse que está aqui a prova que é importante que, sobre temas importantes, se formem consensos na Assembleia Municipal. O Partido Socialista propôs a criação de uma comissão com membros dos dois partidos, a comissão trabalhou no documento. Disse ainda que nas questões de consenso fica sempre bem cedermos reciprocamente e foi o que aconteceu, de parte a parte, e considera que este Regulamento merece a aprovação. Referiu depois que é acusado de falar mal da Câmara e dizer que esta não trabalha bem. “Então, vejamos: este Regulamento foi aprovado pela Câmara Municipal em vinte e oito de Maio de dois mil e oito, dizendo no final que ‘visto e analisado foi deliberado pela Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal submetê-lo à apreciação pública pelo período de trinta dias e a posterior aprovação pela Assembleia Municipal'. Ora, dia vinte e oito de Maio, nas minhas contas, trinta dias seria amanhã". Mais um erro da Câmara. Na sua opinião, não se pode aprovar o Regulamento. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que todas as deliberações da Câmara são tomadas por minuta. Quanto à consulta pública, há dúvidas da interpretação da lei se deve ser feita nova consulta neste segundo momento. Não obtiveram uma resposta definitiva a este propósito e acha que não é este formalismo de um dia que inviabiliza um regulamento que foi feito com a colaboração de todos. No entanto, informou que não há qualquer problema em que este Regulamento seja apenas submetido na sessão de Setembro. -----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, autorizado pelo Senhor Vice-Presidente, disse que o Regulamento foi aprovado por unanimidade, com os votos dos Vereadores do Partido Socialista e mais disse que o que foi deliberado foi que o documento fosse colocado à discussão pública. Se este prazo era para cumprir ou não, não foi discutida em Executivo, pelo que o Senhor Presidente da Mesa fará como entender. -----

-----O Senhor Presidente referiu que a informação que obteve não foi desta forma categórica e, se está deliberado que o documento deve ir à discussão pública tem mesmo de ser. Como o documento foi preparado entre todos, de forma consensual, reconhece que não o preocupou muito o prazo dos trinta dias. Não é ele que vai passar por cima de uma determinação da lei, pelo que se os serviços jurídicos da Câmara assim entenderem, não tem problemas em retirar este ponto da ordem de trabalhos e passar esta aprovação para uma próxima assembleia. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares lembrou apenas que, se isto é uma questão de preciosismo, hoje é efectivamente o trigésimo dia da discussão pública. -----

-----O Senhor Presidente disse que o que está aqui em questão é mais o cumprimento do que foi deliberado pelo Executivo da Câmara, pelo que retirou este ponto da ordem de trabalhos, que será reinscrito na próxima assembleia ordinária. -----

----- PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-- APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS [ANEXO 5] --

-----O Senhor Presidente, sobre esta alteração ao Regulamento e antes das intervenções dos Senhores Deputados, disse que lhe pareceu que as taxas lhe pareceram um pouco caras, porque as piscinas são um bem público de que toda a gente gosta de usufruir. De acordo com as informações que obteve junto dos serviços da Câmara, mesmo assim as receitas provenientes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não chegam para custear as despesas que uma piscina tem, o que lhe fez pensar que, se assim é, mais valia a Câmara suportar os custos na totalidade.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão repetiu as mesmas palavras de há pouco: “mais um erro da Câmara, o documento só hoje chegou às mãos dos deputados municipais”. Tem o direito de estudar as taxas para se poder pronunciar sobre elas, pelo que solicita ao Senhor Presidente que retire este ponto da ordem do dia.-----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho interveio para dizer que nós hoje viemos aqui pronunciar-nos sobre a alteração do artigo sexto e não sobre as taxas, que não são da nossa competência.-----

-----O Senhor Deputado Armandino Suzano chamou a atenção para o facto de as crianças até aos onze anos irem pagar mais que os jovens que tenham o Cartão Júnior.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa, na sequência das intervenções dos presentes, decidiu retirar este ponto da ordem do dia e agendá-lo para uma próxima assembleia.-----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos, já que ficou decidido retirar este ponto do agenda do dia, sugeriu que se solicitasse à Câmara Municipal para incluir também os munícipes que estão em situação de desemprego tenha direito a descontos.-----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que as taxas não foram alteradas, foram apenas arredondadas.-----

----- PONTO 3.3 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----RECTIFICAÇÃO DA REDACÇÃO DOS ARTIGOS 12º, 25º, 27º, 28º, 29º, 56º E 68º DO-----

----- REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE POLÍCIA DE MANTEIGAS [ANEXO 6] -----

-----O Senhor Presidente da Mesa recordou que este Regulamento foi aprovado na última sessão da Assembleia Municipal com o voto de qualidade do Senhor Presidente e com a recomendação à Câmara para ter em atenção o resultado obtido nesta votação. Os artigos mencionados em epígrafe foram rectificadas e, segundo apurou, há um ou dois artigos que constam da lei geral e não podem sofrer alteração. Aceitou seguidamente a inscrição dos deputados interessados em intervir.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão repetiu o que disse nos dois pontos anteriores: “mais um erro da Câmara e da Assembleia Municipal, portanto”. O que se passou na última assembleia foi que o Partido Socialista verificou que o Regulamento trazia uma série de erros e propôs que se criasse um grupo de trabalho que se debruçasse sobre o documento para o melhorar. Mas a maioria do PSD aprovou-o e a verdade é que ele aqui está para ser rectificado. O Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Socialista não pactua com este tipo de intervenção. Está disponível para colaborar no sentido de aperfeiçoar os instrumentos municipais, mas não dá apoio a este tipo de trabalho. Da sua parte está ciente que o regulamento está aprovado, só é um problema da bancada municipal do PSD.---

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho, uma vez que o Senhor Deputado fez uma retrospectiva do que foi a assembleia anterior, voltou aqui a repetir qual foi a postura do PSD nessa altura, recordando que disse que a Assembleia Municipal devia exigir que a Câmara trabalhasse e que foram de opinião que o Regulamento devia ser aprovado para entrar imediatamente em vigor, tendo sugerido que as alterações fossem de imediato introduzidas. A prova que a Câmara trabalhou é o facto dessas alterações, recomendadas na última sessão, estão aqui para ser aprovadas. Disse ainda que dos sete erros reparados, cinco devem-se a lapsos da Imprensa Nacional já que a minuta interna estava devidamente numerada. -----

-----O Senhor Vice-Presidente citou uma expressão do Senhor Deputado Albino Leitão, em que dizia que a Assembleia pensa e a Câmara nem por isso, para referir que pensou que o Senhor Deputado iria referir a parte jurídica. Na última Assembleia o Senhor Deputado apenas mencionou um erro em termos de conteúdo, sobre a permissão de exumação de cadáveres fora do cemitério, o que é apenas a sua opinião pois o Regulamento só reproduz a lei geral sobre esta matéria. Frisou bem que esta foi a única situação que foi considerada erro grosseiro da Câmara. -

-----O Senhor Deputado Albino Leitão respondeu que apontou este erro como exemplo e que os Serviços da Câmara encontraram mais, pois vão-se rectificar sete artigos. Finalmente, dá-se a ideia de que ninguém cometeu erros e é Câmara Municipal que tem de assumir os erros por si cometidos. Terminou dizendo que estamos aqui apenas a resolver problemas de ordem formal porque o Regulamento já foi aprovado.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente retomou a votação do documento referido em epígrafe, que foi **aprovado por maioria e por minuta**, com dez votos a favor e nove abstenções.-----

----- PONTO 3.4 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO ATÉ AO VALOR DE 583.722,00€,-----

----- PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ESTRADA DE LIGAÇÃO DA EN 232 À ER 338 [ANEXO 7] -----

-----O Senhor Presidente da Mesa começou por referir que esta autorização invalida o empréstimo anterior, aprovado nesta Assembleia, de montante superior a este que aqui está em discussão. Como esta acção vai substituir a anterior, o empréstimo anterior fica sem efeito, aliás, o prazo para entrega de propostas caducou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Albino Leitão pediu que a Câmara desse informações adicionais sobre a estrada de ligação. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho, para além de quaisquer esclarecimentos que a Câmara possa dar sobre esta requalificação, gostaria de saber como está a capacidade de endividamento da Câmara Municipal.-----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a ideia inicial integrava um projecto que foi considerado excessivo e que ultrapassava a capacidade financeira do Município. Questionadas as entidades que subscreveram o protocolo com a Câmara Municipal, que se disponibilizaram a suportar cinquenta por cento dos custos com esta alternativa à EN 338, não houve qualquer resposta a esta questão. Por outro lado, a resposta do Governo ao pedido feito há um ano não foi excepcionado para efeitos dos limites de endividamento. Isto levou a Câmara a fazer uma reprogramação da obra, abandonando o projecto inicialmente idealizado. As alternativas consideradas mais razoáveis foram o alargamento da continuação da estrada da Lapa, ou seja, toda a estrada do Zorrão, o resto da ligação de São Gabriel até à ponte, a criação de uma rotunda no cruzamento de São Gabriel, com a rua que desce até à ponte, a criação de uma segunda rotunda antes da ponte do Bairro do Alardo, junto ao lagar; outra intervenção é o alargamento/rectificação da rua da SOTAVE; a quarta intervenção é a ligação do caminho da Senhora dos Verdes até à Capela e, finalmente, uma intervenção desde a Senhora dos Verdes até à curva do Capelo porque a estrada está com uma estrutura bastante deficiente e tem que ser muralhada convenientemente. Os projectos foram elaborados, foram aprovados, o concurso foi aberto, já foram abertas as propostas e estão agora na fase de apreciação destas, informando que há propostas com valores significativamente mais baixos do que o valor do caderno de encargos (quinhentos e oitenta e três mil setecentos e vinte e dois euros vezes dois, uma vez que a obra é financiada a cinquenta por cento). Sobre a capacidade de endividamento, informou que a Câmara tem, neste momento, uma capacidade acrescida de trezentos e oitenta e seis mil euros para as dívidas de curto prazo e, em relação ao médio e longo prazo, para além dos valores que temos, a Câmara pode contratar empréstimos no valor de dois milhões cento e setenta e três mil seiscentos e oitenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos. Se o empréstimo objecto deste ponto da ordem do dia for autorizado, o montante terá de ser abatido ao valor atrás mencionado, o que significa ficar com uma capacidade de cerca de um milhão e seiscentos mil euros. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho congratulou-se porque o empréstimo se destina a vários pontos das nossas estradas que precisam de uma intervenção e também se regozijou por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estarmos hoje a 'emendar a mão' substituindo o outro empréstimo, que iria esgotar a capacidade de endividamento da Câmara. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que perdemos a possibilidade de ir ao Terceiro Quadro Comunitário e agora estamos pendentes do QREN. Há mais de dez anos, antes de se fazer o Bairro do Alardo, foi proposto na Câmara que o arruamento não ficasse como ficou; se se tivesse feito a rotunda na altura, a despesa que se vai fazer hoje já estava feita. Que dirão as pessoas que ficaram sem os seus terrenos aqui no bairro? Isto confirma que estamos para trás e “depois queixam-se, quando há uma situação como aquela por que estamos a passar, ó da guarda, que é preciso arregaçar as mangas”. Recebeu há dias, recebemos todos, uma carta a pedir ideias, pois não há soluções. “Se não as conseguem apresentar, onde estão as ideias que apresentei em Outubro de mil novecentos e noventa e quatro? E atrás dessas vieram inúmeras ideias, mas de nada serviu. E agora vêm pedir ideias para ajudar a resolver a situação económica de Manteigas? E não temos nada que nos diga que o ano passado ficámos com a capacidade de endividamento ‘tapada’ com aquele empréstimo, agora pede-se a aprovação deste, mas não vimos nada que diga ‘retire-se aquele empréstimo e aprove-se este’, o que é um formalismo legal que tem de ser feito, como outros que já foram aqui apresentados. Vamos para a frente, mas vamos conscientemente, pensa-se que se vai para uma reunião num sentido e é noutro.”-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares não entendeu onde queria o Senhor Deputado chegar com esta intervenção. Quanto ao empréstimo em si, basta reler as actas para lembrar que o Senhor Presidente da Câmara, na altura, explicou que o mesmo só seria contratado definitivamente caso o Senhor Ministro das Obras Públicas, que tinha dado por telefone a indicação de haver abertura, dissesse que havia disponibilidade de verbas no Terceiro Quadro Comunitário de Apoio. Perguntou depois ao Senhor Vice-Presidente se esta obra ainda pode ser candidatada ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, porque foi dito há dias, pelo Senhor Ministro, que foi feita uma reprogramação financeira e que ainda há muito dinheiro do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (falou-se em mais de mil milhões de euros) que pode ser aproveitado para as obras que já sejam candidatadas, o que é a condição desta.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso lembrou que o Senhor Ministro, na altura, também disse ao Senhor Presidente da Câmara que via com dificuldade a solução que ele estava a apresentar. Depreendeu, das palavras dele, que era ‘assunto arrumado’. De qualquer forma congratula-se que o Terceiro Quadro ainda tenha verbas e que se traga uma boa parte delas para Manteigas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Albino Leitão interveio em dois aspectos. Sobre o aspecto formal, esta Assembleia recebeu cinco propostas apresentadas a Bancos, tituladas apenas com uma referência ao montante e à sua destinação. Mas, pela intervenção do Senhor Vice-Presidente, já ficou com a ideia que também vai haver intervenção na ponte dos Frades. Esta é uma dúvida que lhe assiste e aproveitou para dizer que na sessão de Câmara em que este assunto foi debatido o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho protestou contra esta situação pelo facto de não lhe ter sido dado conhecimento dos projectos. Tem por isso, sob o ponto de vista formal, sérias reservas em votar uma situação de que não lhe foi dado conhecimento prévio. Sobre a questão substancial, esta Assembleia Municipal aprovou um financiamento de dois milhões trezentos e dois mil euros neste mandato para construção da via de cintura externa e de ligação ao centro histórico de Manteigas. Não sabe exactamente qual seria o traçado, pois ainda hoje está à espera da cópia desse estudo (o seu pedido está em acta da Assembleia Municipal). Passados uns meses, viemos agora a saber que o empréstimo afinal não é para a via de cintura externa mas sim para a estrada que liga a EN232 à ponte dos Frades, na ligação da enxertada à Capela da Senhora dos Verdes e na consolidação do troço municipal entre a curva do Capelo e a Senhora dos Verdes. Perguntou quais os critérios que presidiram a essa alteração radical? -----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que vivemos num país de miséria e Manteigas não é diferente do resto do país. Quando o Senhor Deputado Nuno lembrou as palavras do Senhor Presidente da Câmara, que disse que quando celebrou o protocolo a Câmara não tinha condições para avançar, ou seja, precisava do dinheiro de dois mandatos para fazer aquela via, ou seja enfeudava o orçamento de oito anos e esquecia tudo o resto que anda à volta da Câmara. Quando o Senhor Ministro abriu as portas para esta obra poder ser financiada com dinheiro do QREN dois mil e sete barra dois mil e treze, o Senhor Presidente da Câmara ficou a aguardar e ao fim de um ano o Governo não aprovou o empréstimo. O Senhor Secretário de Estado disse frente às Câmaras todas que Manteigas era a terra mais penalizada por deixarem de fazer os túneis, optando pelo IC6, pelo que Manteigas teria de ser compensada. Mandou então o assunto para o Instituto de Estradas, o qual disse ao Senhor Presidente da Câmara que não têm compensações, porque não têm dinheiro. O que o Senhor Vice-Presidente disse de início foi que foi feita uma reprogramação física e financeira da obra, até porque, mesmo que quisessem iniciar a obra ela teria de estar concluída até Setembro, o que é impossível já que é uma obra que não se faz em menos de dois anos. Se lhe perguntassem se estas intervenções são prioridade da Câmara responderia que não, mas avançou para ela por ter a garantia dos cinquenta por cento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

comparticipação. O orçamento da Câmara deste ano é para esta obra e para o primeiro relvado e o que sobra das despesas de capital são uns tostões. A Câmara não tem receitas próprias, não tem condições para avançar com projectos de grande envergadura. O que tem sabido fazer é aproveitar todas as candidaturas em que tem tido oportunidade, sem desperdiçar nenhuma. Quanto à compra de terrenos aqui mencionada, informou que a Câmara não comprou nada nem o faria sem a certeza de executar a obra. Até o valor da adjudicação incomoda os membros do Partido Socialista, mas a verdade é que o valor é muito mais baixo porque o país está numa crise muito acentuada e há uma grande concorrência entre as empresas — quando havia duas ou três propostas, a este concurso apareceu cerca de uma dúzia.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, autorizado pelo Senhor Vice-Presidente, disse que se ausentou da sala de reuniões do Executivo quando se discutiu este empréstimo, que é de suma importância para o concelho, e quando regressou apresentou um protesto por não lhe ter sido facultada documentação que fundamentasse o pedido de empréstimo. Disse ainda que não conhece o projecto porque, apesar de ter sido aqui dito que está aprovado, concursado e em análise de propostas, o mesmo não foi aprovado em sessão de Câmara. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares deixou um protesto para constar em acta porque os Senhores Vereadores têm a sua sede própria para discutir as questões com os projectos ou aquilo que quiserem. Aqui, não. Aqui é a Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor Presidente fez um ponto de ordem e ele próprio acha que, se esta afirmação que aqui está a ser feita for verdade, e não a põe em dúvida, esta situação não se entende muito bem. Como é que um projecto desta natureza é tratado em Câmara e não é apresentado a todos os elementos que constituem a vereação do Município, independentemente das opiniões que possam ter? Perguntou ao Senhor Vice-Presidente, concretamente, se o processo foi ou não a sessão de Câmara. -----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que a primeira vez que o assunto foi abordado em sessão de Câmara, o que se levou para aprovação foi a consulta às entidades bancárias para a contracção do empréstimo. Foi explicado verbalmente que o produto do empréstimo se destinava às intervenções já descritas e que o projecto estava disponível nos Serviços Técnicos. No dia treze de Junho foi feita uma informação pelo engenheiro técnico, onde ele escreveu “Seja presente aos Senhores Vereadores”. Este documento foi dado aos Senhores Vereadores nos dias subsequentes. Voltando ao projecto, informou que o mesmo esteve à disposição dos Senhores Vereadores na sessão seguinte à aprovação do empréstimo, em cima da mesa, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nenhum Vereador o consultou. Não há sonegação de informação, continua-se a escrever que a documentação está visível e disponível a todos os que queiram consultar os projectos. -----

-----O Senhor Presidente entende que os assuntos com esta importância devem ser tratados com toda a clareza, para que não fiquem dúvidas a quem tem de se pronunciar sobre os mesmos e votá-los.-----

-----À pergunta do Senhor Presidente se todos estavam esclarecidos, o Senhor Deputado Albino Leitão disse o seguinte: “Senhor Presidente, aconselho sinceramente, peço a sua ponderação pelo seguinte: após a aprovação deste assunto, se vier a ser aprovado, eu requererei imediatamente que Vossa Excelência tire cópia de todo o expediente e mande ao IGAT”.-----

-----O Senhor Presidente disse que não era pelas palavras finais do Senhor Deputado que alteraria a posição que tem e a decisão que tem em mente. Entende pessoalmente que as pessoas não estão devidamente esclarecidas sobre este tema e, uma vez que se vai fazer uma assembleia extraordinária para tratar do assunto das águas, pensa que este assunto poderá também ser incluído na ordem do dia, depois de fornecidos aos membros da Assembleia os elementos que lhes permitam, em consciência, votar na decisão que está sobre a mesa.-----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho questionou se há algum prazo a cumprir que não permita o adiamento desta decisão sem deitar abaixo o trabalho já feito ou sem perder a participação de cinquenta por cento do valor da obra, ao que o Senhor Presidente respondeu que se esse for o caso tem pena, e a obra far-se-á noutra mandato, mas não pactua com situações dúbias, quando as há.-----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que quando apresenta os assuntos dá prioridade absoluta à lei, neste processo todo a Câmara respeitou a lei, disponibilizou os projectos, que continuam disponíveis, foi dada toda a informação necessária. A Câmara agiu no respeito da legalidade, pelo que não entende as reticências em relação a isto e quando falou em reprogramação física e financeira referia-se ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, se não seria programação e não reprogramação. Se a obra não for executada, a Assembleia Municipal assumirá as suas responsabilidades, porque depois da aprovação pela Assembleia é necessário consultar o Tribunal de Contas, que precisa de trinta dias, e que se entender no fim desse prazo pedirá mais um documento; passa-se assim Agosto e Setembro e temos que acabar a obra forçosamente até ao fim do ano, que é quando acaba o Terceiro Quadro Comunitário.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Albino Leitão quando falou no IGAT foi porque é um homem frontal. Sugeriu primeiro que o assunto seja resolvido na Câmara Municipal e, segundo, que lhe seja facultada toda a documentação sobre o assunto.-----

-----Após um intervalo, o Senhor Presidente decidiu retirar este ponto da ordem de trabalhos e agendá-lo para a sessão extraordinária. Com esta informação do Senhor Vice-Presidente e por causa dos prazos estreitos que estão em cima da mesa, discutiu-se a data em que a mesma se realizará. Esclarecido com os serviços administrativos da Câmara da exequibilidade do prazo proposto para a convocação da reunião, o Senhor Presidente marcou a assembleia extraordinária para o dia dezoito de Julho de dois mil e oito, com a anuência de todos os presentes.-----

----- PONTO 3.5 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL [ANEXO 8] -----

-----O Senhor Presidente dizia que teve o cuidado de analisar este assunto quando foi interrompido pelo Senhor Deputado Albino Leitão para dizer que não se podia analisar este ponto enquanto o anterior não fosse decidido, uma vez que esta situação dependia da outra. Por este facto, decidiu o Senhor Presidente retirar também este ponto da ordem de trabalhos e inclui-lo na ordem do dia da assembleia extraordinária que terá lugar em Julho.-----

----- PONTO 3.6 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- MOSTRA DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS DE MANTEIGAS -----

-----O Senhor Presidente da Mesa explicou que este tema veio à Assembleia porque o Senhor Deputado Nuno Matos Soares pediu o seu agendamento.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares informou que, na sequência do que o grupo de trabalho apresentou na Assembleia de Dezembro de dois mil e oito, foram propostas uma série de sugestões que, umas pela proximidade da realização da Mostra, outras porque a Comissão é soberana nas decisões que toma — e o Senhor Deputado não quer, de forma alguma, interferir na decisão que foi tomada —, não puderam ser acatadas. Voltou a este tema porque lhe parece que, apesar de alguma crítica que foi feita o ano passado, o modelo não está esgotado mas caminha a passos largos para isso. Já teve oportunidade de falar com o Senhor Presidente sobre o assunto e o seu colega de bancada, Deputado Manuel Carvalhinho, facultou-lhe documentação, que pode disponibilizar aos presentes interessados, sobre o que é feito por uma Câmara aqui bem perto de nós — Celorico da Beira. Por uma ‘tuta-e-meia’, que é o valor dos prospectos que mostrou aos presentes, essa Câmara promove a sua mostra e os seus percursos turísticos na Baixa de Lisboa. Isto é apenas um dos exemplos que foi apontado na solução de Dezembro, ou seja, a divulgação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não está a ser a mais correcta, os recursos não estão a ser devidamente encaminhados porque o 'feedback' dos alvos do marketing não está a funcionar e chegámos à conclusão que grande parte dos visitantes da Feira são as pessoas de Manteigas, residentes no Concelho e não residentes, quando o que nos interessa é vender Manteigas a quem não é de Manteigas porque nós, vivendo ou não cá, já conhecemos Manteigas, pelo que o público-alvo são as pessoas de fora que nunca visitaram Manteigas. Falou depois do desvio de trânsito em frente à Igreja de São Pedro, que desvia também as pessoas da própria Mostra. Ou seja, pessoas que ao passarem por lá e verem os stands poderiam ser tentadas a visitá-la, acabam por não aderir porque são desviadas de lá. Pela sua parte, continua disponível para colaborar com a Comissão se da parte do Partido Socialista entenderem que se deve criar um novo grupo para apresentar sugestões, em consequência do que se passou este ano, pois parece-lhe que este modelo não funciona. É de opinião que tem de se alterar o local e deu um exemplo: esteve recentemente no EuroParque, na Feira Negócios, onde existe uma mostra que é semelhante à nossa. Os stands são pré-formatados, num espaço amplo. Na hora em que lá estive, havia mais do dobro das pessoas que cabem na feira de Manteigas, tinham oportunidade de circular à vontade, conhecer os produtos em exposição e eventualmente negociá-los ou ficarem informadas para futuros negócios. Este é um dos aspectos mais negativos da nossa Mostra. É montada com todo o esmero, do que não duvida, mas o espaço é demasiado pequeno e a falta de espaço leva a que, quando se juntam algumas dezenas de pessoas, não haja oportunidade para o visitante conhecer a fundo o que se está e negociar ou ficar com contactos para futuros negócios. Esta parece-lhe a parte mais importante e resulta num aspecto negativo da feira de Manteigas. Um segundo aspecto: o grupo de trabalho da Assembleia Municipal dava como alternativa — para além de mudar o local e de fazer uma tenda com stands pré-montados que as pessoas alugam — fazer um roteiro da feira, não concentrando todos os stands no mesmo sítio, 'obrigando' os interessados a percorrer vários pontos. Poderia, por exemplo, aproveitar-se as instalações da Relva da Reboleira para fazer uma mostra da parte desportiva, onde as associações tivessem os seus stands e pudessem mostrar as suas actividades, eventualmente em Sameiro poderia haver três ou quatro stands em que os produtores locais estivessem interessados em mostrar o seu produto. Isto não inviabilizaria, obviamente, que no local principal todos tivessem também representação. Terminou dizendo que voltamos à mesma questão: é necessário um espaço maior porque aquele é demasiado apertado. -----O Senhor Presidente também se disponibilizou para colaborar com a Comissão na procura de melhores soluções. Passou de seguida ao ponto três, sete. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO 3.7 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL [ANEXO 9] -----

-----O Senhor Presidente constatou que o Senhor Presidente da Câmara não estava presente e aventou a hipótese de que teria chegado esgotado ou teria parado a meio do caminho para descansar. Passou de imediato a palavra aos intervenientes sobre este assunto. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse que, forçosa e paralelamente a tudo o que sucedeu nesta Assembleia Municipal, nada se aprovou. Apenas se aprovou a rectificação formal do Regulamento do Cemitério. Lamenta, por um lado, a ausência do Senhor Presidente da Câmara e, por outro, que é mais grave, a sua informação de que estaria presente o mais rápido possível. Acha que o Senhor Presidente da Câmara poderia ter utilizado um telemóvel para avisar que já não estaria presente, pois somos merecedores do seu respeito e esta desfaçatez política não se pratica. -----

-----O Senhor Presidente, em relação à primeira parte da intervenção do Senhor Deputado, disse que esta Assembleia não foi tão pouco produtiva como referiu e considerou-a até com reflexos positivos para o Concelho pois ficou uma vez mais demonstrado que o conceito de democracia não é meramente académico. -----

-----Antes de passar ao ponto seguinte, retomou a moção apresentada pelo Senhor Deputado Luís Pedro Soares, que pôs à discussão.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão ficou com a ideia, da leitura da moção, que a Assembleia Municipal de Manteigas pretende que os serviços competentes do Estado não outorguem uma concessão a um determinado requerente, neste caso o Clube de Caça e Pesca da Guarda. Considera que não deve a Assembleia Municipal de Manteigas interferir com esses serviços, assim como não gostaria que esses serviços, ou quaisquer outros, se imiscuissem nas competências da Assembleia Municipal de Manteigas. Nesse sentido, a sua posição é de manifesta oposição a esta moção, na certeza de que os serviços do Estado não deixarão de cumprir a lei e, por outro lado, com a certeza também que, se a não cumprirem, então sim, a Assembleia Municipal deverá tomar posição e as entidades que virem legitimamente prejudicados os seus interesses terão o direito de reagir. Votará, pois, contra esta moção.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares pediu que alguém esclarecesse o seguinte: o edital foi afixado no dia vinte e um de Maio para que os possíveis interessados reclamassem sobre a atribuição da concessão ou não. Nada impede que a Assembleia Municipal seja um interessado na concessão da zona de pesca. Não sabe se isso é possível ou não. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Luís Pedro Soares esclareceu que o edital foi enviado pela DGRF para as Juntas de Freguesia o afixarem. O edital diz que quem tiver alguma coisa a opor contra a criação da zona de pesca desportiva tem trinta dias, após a afixação do edital, para contestar a zona de pesca. Não estão a interferir com o processo e sentem-se lesados em ter um clube, que não sabem quem é, com uma grande zona concessionada no nosso concelho. No fundo, a zona de pesca desportiva já foi constituída e o processo já foi elaborado conforme a lei e é por isso que o edital tem de ser afixado e que há trinta dias para contestar a concessão ou não. As quatro Juntas de Freguesia do Concelho de Manteigas já contestaram essa concessão e a moção só pretende reforçar essa contestação com a posição da Assembleia Municipal de Manteigas. -----

-----O Senhor Deputado Bernardo Lemos dos Santos perguntou se já houve algum contacto com o Clube de Caça e Pesca, achando que também era importante saber qual a sua posição. ----

-----O Senhor Deputado Luís Pedro Soares respondeu que este clube já requereu uma outra zona de pesca desportiva dentro do concelho, cerca de mil e duzentos metros acima desta, razão que leva os Presidentes de Junta a considerarem errada a atribuição de uma segunda concessão pois ficará muito pouco espaço livre para as pessoas que não pertencem ao clube irem pescar. À questão colocada pelo Senhor Presidente se as duas concessões já estavam publicadas em edital, o Senhor Deputado esclareceu que falta publicar a do Clube de Caça e Pesca de Manteigas, que está encaminhada, estando o processo em Coimbra. Esclareceu ainda que só querem ali uma zona de pesca desportiva e que a mesma seja, de preferência, atribuída ao Clube de Caça e Pesca de Manteigas.-----

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão acha que este assunto merece que a Assembleia seja solidária e perguntou há quanto tempo as Juntas de Freguesia contestaram a concessão. À resposta de que foi há cerca de duas semanas, o Senhor Deputado acha que as Juntas de Freguesia deviam ter logo dado conhecimento aos dois partidos representados para que estes pudessem ter tratado o assunto nas reuniões preparatórias das Assembleias, de forma a apresentarem-se aqui posições definidas e não indecisões por terem tido conhecimento em cima da hora. -----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos disse que esta moção vai só reforçar a posição tomada pelas Juntas de Freguesia. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão, informado que foi de que o Clube de Caça e Pesca já requereu uma concessão a montante que em princípio será concedida, entendeu que a pesca a jusante terá efeitos nefastos na pesca a montante. Considerando que a Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não deve utilizar, nos termos da proposta, certo tipo de linguagem, propôs que fosse substituída a palavra “exige-se” por “recomenda-se” ou “sugere-se” no início do ponto sete da moção. Informou ainda que desta forma poderão os subscritores da moção contar com o seu voto favorável. -----

-----O Senhor Presidente secundou a ideia do Senhor Deputado. -----

-----Os presentes acordaram que se deveria utilizar a expressão “recomenda-se” e o Senhor Presidente colocou a **moção**, com a alteração proposta introduzida, a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade e por minuta**. -----

----- PONTO 4. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----APRECIÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

-----O Senhor Presidente da Mesa aceitou inscrições dos presentes para colocarem outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----O Senhor Deputado Francisco Martins Lucas informou que esteve recentemente dentro das instalações da SOTAVE, para resolver um problema de regadios, e deparou-se com uma situação que se pode transformar num problema ambiental: do material e equipamento desmantelado e retirado das instalações, não faz parte um depósito cheio de nafta de dez toneladas. O pessoal que retirou os depósitos vazios não fechou as torneiras e neste momento, com o calor, a nafta está a escorrer para os terrenos, estando neste momento já nas hortas cultivadas à beira do rio. Deixa aqui este alerta para uma situação perigosa em termos ambientais, da qual deu conhecimento à secretária do responsável da SOTAVE. Pede a intervenção da Câmara no sentido de colocar algumas carradas de areia para absorver a nafta que se encontra no chão e evitem-se assim males maiores. Disse ainda que pediu ao responsável pela Comissão de Insolvência da fábrica que lhe facultasse uma chave para a Junta de Freguesia poder ter acesso e limpar a grade que sustém os lixos, tendo ficado a SOTAVE de dar uma resposta esta semana. -----

-----O Senhor Presidente disse que o Senhor Deputado enquanto Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro deixou o alerta, cabendo à SOTAVE a resolução do problema. Pediu, no entanto, que a Câmara fique atenta ao desenrolar desta situação.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares apresentou uma moção à Assembleia Municipal [ANEXO 10], que passou a ler: «*Moção § Em defesa da construção dos túneis de atravessamento da Serra da Estrela entre Covilhã–Manteigas–Gouveia/Seia § Foi com imensa tristeza que tomámos conhecimento que o Senhor Ministro das Obras Públicas terá já despachado no sentido da adjudicação dos estudos necessários à construção dos IC6, IC7 e IC37, onde eventualmente*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

seriam construídos os túneis entre Covilhã, Manteigas, Gouveia e Seia, tendo a opção recaído sobre o 'cenário C' do estudo prévio, ou seja, o contorno da Serra em detrimento do seu atravessamento. § Tal escolha preconiza que na sua ligação Seia-Covilhã, nas proximidades de Folhadosa atravesse duas áreas do Parque Natural da Serra da Estrela, entre Sandemil e Vide, sendo que face à orografia local o rio Alva será atravessado em viaduto, tendo ainda neste trecho pelo menos dois túneis na zona de São Gião, um de mil e trezentos metros e outro de duzentos metros. § Importa referir que esta solução preconiza igualmente que a partir de Vide e até às proximidades de Tortosendo o traçado seja bastante sinuoso e com grande declive, pois aproxima-se do traçado da EN 230, incorrendo em várias penetrações na zona do Parque Natural da Serra da Estrela. Também neste trecho se prevê pelo menos um túnel de novecentos metros de extensão na transposição da Serra, em Alvoco da Serra. § Estima-se que os três túneis terão um custo aproximado de cinquenta milhões de euros e a estimativa de investimento para a construção da totalidade do 'cenário C' é superior a quatrocentos e vinte milhões de euros. § Este cenário comprova o que todos já sabemos: apenas túneis conseguem fazer encurtar distâncias. § Assim sendo, não percebemos porque se pretere uma grande obra, verdadeiro elo de ligação entre os municípios serranos, facilitador para nós e gerações vindouras de deslocações e ligações, unindo Covilhã, Manteigas, Seia e Gouveia em poucos minutos. § Esta opção é tão mais errada porque exclui definitivamente o concelho de Manteigas do desenvolvimento, sendo um rude golpe nas aspirações de coesão territorial da zona da Estrela e do Interior do País. § Não será certamente por acaso que praticamente todos os Presidentes de Câmara da Serra da Estrela são favoráveis à alternativa 'B' do estudo em discussão pública, agregando sensibilidades do PS e do PSD na defesa dos interesses das populações locais. § A pública defesa desta solução por parte das três maiores câmaras da região (Covilhã, Guarda e Viseu) mostra claramente que ao defendermos o atravessamento da Serra por túneis não estamos a ser mesquinhos e egoístas olhando para o nosso próprio umbigo, estamos sim a defender o interesse colectivo, o interesse regional, e no nosso caso, enquanto autarcas de Manteigas, concretamente o interesse local. § Nesta decisão do Senhor Ministro Mário Lino não nos parece que tenha imperado o interesse nacional mas sim outros interesses, nomeadamente o da Câmara de Seia que pretende desenvolver uma parte do seu concelho sem investir o que lhe compete, usando para tal o Governo Central nos seus próprios interesses. § Pela nossa parte não aceitamos, nem aceitaremos nunca, que o interesse de alguns seja posto acima do interesse geral, pois isso significa a desvirtuação e a negação da democracia. § Por sabermos que a decisão errada do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Ministro das Obras Públicas está perfeitamente a tempo de ser corrigida, manifestamos uma vez mais o nosso apoio à solução 'B' do estudo prévio, solicitando ao Senhor Primeiro-Ministro que rectifique essa decisão, optando pela solução mais consensual e melhor aceite pelos autarcas da Região da Serra da Estrela, a qual defendemos desde há longa data, por ser a única verdadeiramente benéfica para a melhoria das condições de vida da maioria das populações locais e dos turistas que nos visitam, e pretendemos que nos continuem a visitar, criando riqueza e sustentabilidade num desenvolvimento que almejamos e pretendemos ter. Manteigas, vinte e sete de Junho de dois mil e oito». O Senhor Deputado disse que, se esta moção merecer a aprovação, pretende que seja enviada ao Senhor Primeiro-Ministro e que dela seja dado conhecimento ao Senhor Ministro das Obras Públicas, ao Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República e a todos os líderes parlamentares da Assembleia da República.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa aceitou a moção, por considerá-la um assunto de interesse e extrema importância para o concelho de Manteigas. Considerou-o também delicado pela forma como foi exposto, esperando ouvir a opinião dos presentes.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que há pormenores que não está à vontade para discutir mas que, fazendo fé no que ouviu, não tem quaisquer problemas em votar favoravelmente esta moção. Acrescentou que cada vez que o Senhor Primeiro-Ministro diz que se vai abrir uma estrada é para aproximar as populações e nós também precisamos de ser aproximados e não afastados.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares acrescentou que tem confiança na recolha das informações para a feitura desta moção já que, quando o despacho para adjudicação dos estudos esteve à discussão pública durante o mês de Janeiro, apresentou um documento que não foi tido em consideração, assim como outros que foram submetidos. Os traçados, componentes e custos são informação veiculada na altura pelos órgãos de comunicação social.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse que a posição desta Assembleia Municipal sobre a questão dos túneis já é conhecida e aprovámos há cerca de meio ano uma moção sobre esta matéria. “Este é um assunto que nos une mas foi pena que a moção não tivesse sido distribuída logo ao início, tal como a moção da concessão de zona de pesca desportiva, para que a esta hora já tivéssemos todos uma posição consciente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente da Mesa pediu aos presentes que, quando tiverem moções para apresentar à Assembleia, o façam logo de início para que as mesmas possam ser distribuídas de forma a habilitar os senhores deputados a pronunciarem-se com melhor conhecimento. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão continuou a sua intervenção dizendo que defende a essência e a objectividade desta moção mas há um pormenor, e salienta só um porque lhe é difícil abarcar a totalidade da moção, que não lhe parece muito correcto, que é a referência à dicotomia de outros interesses, nomeadamente os de Seia. Gostaria de trabalhar este texto para que fosse aprovado por todos. Não quer entrar na discussão das causas objectivas que levaram a esta situação, que parece que já constitui uma decisão final do Governo, muito menos a esta hora. Quer entrar neste campo na presença do Senhor Presidente da Câmara. Afirmou que tem documentos em seu poder que lhe permitirão falar sobre isto. Independentemente disso, comungamos todos da incomodidade pelo facto de não ter sido escolhida a solução que servia melhor Manteigas. Se o Senhor Deputado facultasse fotocópia do documento, ela seria estudada e, dentro de três semanas cá estaríamos todos para a aprovar, pois acha que o objectivo da moção nos une a todos. -----

-----O Senhor Presidente acrescentou que é totalmente a favor desta moção mas tem sempre como princípio-base respeitar as opiniões dos outros mesmo que não concorde com elas e procura sempre retirar do contexto do que escreve ou diz palavras que possam ser entendidas como “ofensivas” para quem toma as decisões. Pegando nesta moção, deu o exemplo, há uma expressão que ele não utilizaria que é quando diz “usando para tal o Governo Central nos seus próprios interesses” ao falar da Câmara de Seia. Logo a seguir menciona-se a “decisão errada do Senhor Ministro das Obras Públicas”, achando que se deve retirar a palavra ‘errada’ já que o erro está implícito na própria moção e evita-se atritos com o poder de decisão. Tirando isto, considera que a moção retrata realidades que o Senhor Deputado comprovou e está a defender. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares disse que não tem qualquer problema em que seja encontrado um texto consensual mas gostaria que este texto ficasse apenso à acta como sua opinião pessoal e mais disse que mantém tudo o que escreveu, linha por linha, palavra por palavra. -----

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão disse que todos concordamos com esta moção e que o assunto dos túneis ainda não está encerrado, passando a dar um exemplo concreto: a Ota já estava decidida para localização do novo aeroporto de Lisboa e deu-se a volta. Questiona-se se não poderá acontecer o mesmo em relação aos túneis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente, auscultados os presentes e com a anuência do subscritor, decidiu que este texto será distribuído pelos membros da Assembleia e que a votação do texto final desta moção terá lugar daqui a três semanas, na Assembleia Extraordinária. Sugeriu ainda ao Senhor Deputado que preparasse, em conjunto com alguém do Partido Socialista, um texto de consenso para ser apresentado na próxima assembleia extraordinária.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares falou do outro assunto que tinha referido e que é sobre o concurso nacional da televisão digital terrestre. No Diário de Notícias de onze de Abril de dois mil e oito foi surpreendido com a possibilidade de Manteigas poder estar excluída do novo sistema de emissão de televisão digital terrestre e passou a ler dois parágrafos da notícia: primeiro parágrafo — *“Filipe Varandas (responsável pela teledifusão no Interior e que esteve na Escola Superior de Telecomunicações de Seia, numa palestra que houve sobre este concurso de televisão digital terrestre) alerta que, com o desligamento do sinal analógico em dois mil e doze, muitas regiões irão ficar privadas do serviço público de televisão. É que o aviso do concurso traz esta armadilha: o cumprimento das obrigações previstas no número anterior (que se refere à cobertura do território nacional) pode ser assegurado através de recurso a meios de cobertura complementares equiparáveis aos das zonas de cobertura por via terrestre e desde que a população abrangida exclusivamente por tais meios não exceda catorze por cento da população nacional. Situação que leva Filipe Varandas a alertar para que estes catorze por cento da população irão ser os centros menos populosos e com maiores dificuldades de cobertura em que a alternativa será a instalação maciça de parabólicas nas casas das pessoas, ou ausência do serviço público de televisão, porque esta tecnologia, a TDT, usa menos retransmissores (um por distrito) mais caros e apenas serão rentabilizados os grandes centros, de forma a atingir oitenta e seis por cento de cobertura digital. Como o custo da tecnologia impede a solução de microcoberturas, muitas regiões vão ficar sem acesso à cobertura terrestre”*. Segundo parágrafo — *“O especialista elucidou o problema com o exemplo de Manteigas: existem muitos concelhos com localizações geográficas de difícil cobertura e que hoje dispõem de um emissor dedicado, como Manteigas ou Barca d’Alva. A TDT não previu estas situações e vastas regiões do Interior menos populoso, onde a cobertura terrestre é mais difícil e mais cara, irão ficar sem sinal e apenas com a alternativa das parabólicas”*. O responsável por esta situação deu Manteigas como exemplo de população que vai ficar sem televisão em dois mil e doze, pelo que o Senhor Deputado chamou a atenção de todos para este problema. Informou que o concurso está a correr, as propostas da PT



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e da AirPlus foram entregues e acha que está na altura exacta para chamarmos a atenção para nós. Não podemos ficar excluídos da televisão daqui a quatro anos. -----

-----O Senhor Vice Presidente da Câmara referiu que uma operadora de telecomunicações o contactou com a finalidade de instalar uma antena num terreno que tinha adquirido há pouco tempo. Apesar de não ter mostrado qualquer interesse, foi acompanhando o trabalho do técnico na escolha de um local para a instalação da antena. O técnico foi-lhe dizendo que daqui a uns tempos a televisão digital chegará a Manteigas. O operador em questão era a Optimus, No entanto leu uma noticia onde constava que quem iria ganhar o concurso seria a PT, por isso é necessário estarmos atentos junto do operador que ganhará o concurso, para que mais uma vez não fiquemos ignorados e esquecidos neste processo. Aparentemente se fosse com a Optimus estaríamos eventualmente contemplados com este serviço; com a PT teremos que desenvolver contactos para sabermos o que se vai passar. -----

-----O Senhor Presidente disse que acha que este assunto deve ser realmente objecto de uma reclamação da nossa parte, terá que ser feito um alerta, eventualmente uma moção por forma a marcar uma posição sobre este assunto -----

----- O Senhor Deputado Albino Cardoso sugere que se peça um pedido de informação junto da ANACOM, que deve ter toda a informação disponível sobre este assunto por ser a entidade que superintende estes assuntos. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Matos Soares disse que o alerta que fez é no sentido de a Câmara Municipal perguntar à ANACOM se Manteigas está excluída deste serviço e se estiver excluída terão que ser tomadas outras medidas. -----

----- O Senhor Presidente sugere que o Deputado Nuno Matos Soares, em conjunto com o Deputado Albino Cardoso, preparem um texto para ser apresentado na próxima Assembleia Ordinária. Sobre a Moção dos em Defesa da Construção dos Túneis o Senhor Deputado Nuno Matos Soares ficou de preparar um texto conjunto com o Senhor Deputado Albino Cardoso, com base no contexto da moção apresentada mas mantendo a boa vizinhança, e na próxima Assembleia Ordinária aprova-se a moção. -----

-----O Senhor Deputado Francisco Lucas agradeceu ao Senhor Presidente pela realização desta Assembleia na Junta de Freguesia de São Pedro, agradeceu a presença dos Senhores Deputados, dos Senhores Vereadores e de todos os presentes, dizendo que foi um prazer receber toda a gente nesta casa que é tão pequenina. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Nada mais havendo a acrescentar por parte dos presentes, o Senhor Presidente informou que a Assembleia Extraordinária se realizará daqui a três semanas. Agradecendo o acolhimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia e a presença de todos, deu a sessão por encerrada à uma hora e trinta minutos do dia vinte e oito de Junho de dois mil e oito. Registou ainda que o prolongamento desta sessão para além do tempo regulamentar teve a anuência de todos os presentes.-----

----- Desta sessão foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa-----

----- O Presidente da Mesa -----

----- _____ -----

----- *João Adelino Paixão Salvado* -----

----- O 1º Secretário ----- O 2º Secretário-----

----- _____ -----

----- *Renato Carvalho Barbosa* ----- *Patrícia Negrão Duarte Madeira*-----
